

Santa Catarina - raízes e traços. A singularidade de um cenário propício ao desenvolvimento de comunidade (1960-1980) *

O

“O homem é um ser vivo, consciente, situado no mundo ambiente das realidades econômicas, sociais, políticas, intelectuais e religiosas... numa relação dialética... sendo o grupo social o verdadeiro sujeito da ação, pois os fatos humanos não falam por si só, são expressões das relações dos homens entre si, da vida sócioeconômica, política, intelectual (...) e filosófica, que permitem ou favorecem uma visão do mundo, no limite da consciência desta totalidade.” (Goldmann 1976, p.204).

O Desenvolvimento da Comunidade em Santa Catarina se traduziu inicialmente em experiências locais na área rural (e na periferia urbana) do município de Florianópolis, antigo Desterro, em comunidades que se estruturam durante a colonização açoriana, no século XVIII. Apesar de viverem, em um marasmo de séculos, as populações dessas comunidades conservavam os traços culturais luso-açorianos, em pleno século XX. Na década de 60, um projeto de Desenvolvimento de Comunidade, de âmbito local, de iniciativa do Curso de Serviço Social, sediado em Florianópolis, pretendeu fazer brotar uma nova dinâmica no conjunto das relações sociais das populações que viviam nas áreas citadas, e incentivar um agir coletivo voltado para a auto-organização e para a melhoria de suas condições de vida. Do que resultou um processo de organização da população, que ganhou espaços em todas as regiões do estado e consubstanciou diretrizes de Programas Sociais de Instituições formais e de Políticas Sociais de administrações municipais e do governo do Estado.

O Desenvolvimento de Comunidade no Estado de Santa Catarina sofreu determinações amplas no mesmo nível que as demais experiências no Brasil, mas assumiu uma configuração particular dada à trajetória das relações sociais que através dele, foram se engen-

Zulamar Maria de Bittencourt e Castro**

* Texto extraído da Dissertação de Mestrado - uma incursão à formação do estado de Santa Catarina - suas particularidades em relação ao país e contribuições explicativas ao desenvolvimento de comunidade.

Programa de Pós-Graduação, PUC/SP, 1992. Orientadora: Profa. Myriam Veras Baptista

** Profª aposentada do departamento de Serviço Social e membro do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular - NESSOP.

drando: de 1960 a 1980, o *Desenvolvimento de Comunidade* configurou uma "trajetória" que emergiu das bases, induzida por um projeto acadêmico-universitário, se projetou das bases às instituições formais interiorizando uma proposta dos profissionais de Serviço Social. Continuando o processo, inter relacionou as Instituições entre si e estas às bases. E, de ambas, bases e instituições, foi-se introduzindo no âmbito governamental e deste retornando às bases.

Uma análise preliminar da estrutura interna desta trajetória desvenda a produção de um processo de organização local integrada, heterodeterminado pelos técnicos em busca de autonomia da população, de intervenção de uma organização nas Instituições, ligada à população de forma ascendente "da base ao topo" e interiorização de uma organização ligada ao governo, numa direção descendente, "do topo às bases".

**São relações que se
construíram
dinamicamente e que se
determinaram
mutuamente, circulando
entre um poder de
direção a outro, numa
dinâmica de inter-
relações de forças.**

Parece-nos tratar-se de uma trajetória que se foi construindo numa realidade própria a este Estado, entrelaçada às suas bases associativas comunitárias.

Para detectarmos uma cadeia singular de particularidades do *Desenvolvimento de Comunidade em Santa Catarina*, deparamos com a dificuldade de compreender essas

particularidades sem trazer à nossa compreensão numa perspectiva histórica da totalidade social - o Estado de Santa Catarina.

Na raiz desta reflexão, nos enveredamos para uma incursão à formação do Estado catarinense.

Procuramos, em relação ao estado, nos auto-organizar e apropriar de suas origens - suas veredas colonizadoras - chegando às formas de produção de um determinado corpo social, no atendimento às suas necessidades materiais de vida e cuja estrutura econômica e social foi-se transformando de acordo com a alteração destas necessidades.

Na busca da compreensão da trajetória econômica, política e sócio-cultural, enveredamos pelas determinações e pelas relações sociais que, em síntese, trazem unidade à diversidade com que se estruturam as regiões deste Estado que se nomeia Santa Catarina¹.

Por aproximações sucessivas ao real, por idas e vindas das reminiscências do passado ao tempo presente, fomos reaprendendo o Estado catarinense, em seus processos de estruturação econômica e social, rebuscando significados e refazendo conexões na análise dos acontecimentos que marcaram a ocupação humano/colonizadora e a dinâmica da organização da economia e da sociedade catarinense.

Algumas indagações serviram-nos de fio condutor na nossa incursão à realidade catarinense, qual o feixe de singularidades que particularizam Santa Catarina, em relação à estrutura econômica e social do país e que podem trazer contribuições explicativas ao

Desenvolvimento de

Comunidade em Santa Catarina, quais as tendências comunitárias/associativas, associativas/integrativas, que fazem os nexos do perfil econômico e sócio-cultural do Estado e que criaram as condições para a gênese e a estruturação do *Desenvolvimento de Comunidade em Santa Catarina*. Outras indagações procuram destacar as circunstâncias que modelaram o Estado Catarinense, a sua maneira particular de ser e da coletividade catarinense, o que significou fazer, em correlação e em paralelo a de Santa Catarina, a trajetória histórico-social do país, ambas emergentes do processo de engendramento e consolidação do sistema capitalista mundial.

Santa Catarina, circunstâncias de sua origem

"Falar de Santa Catarina e de seu significado econômico, sócio-político e cultural significa indagar das circunstâncias que a determinaram, o que nos conduz à descoberta e colonização do Brasil como um episódio dos grandes acontecimentos da expansão marítima dos países da Europa no século XV, acontecimentos estes que, na chamada era dos descobrimentos, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu (...) da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa..." nesse século. (Prado Júnior, 1986, p.14).

Portugal, uma das empresas do século XIV, se faz como plataforma das expedições ultramarinas" na expansão comercial portuguesa, o que resulta na descoberta e na colonização do Brasil, um país

tropical cuja colonização será determinada pelo mercado europeu.

No dizer de Faoro (1987, p.115), “no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial (...) destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem, em proveito do comércio europeu, é este o verdadeiro sentido da colonização tropical de que o Brasil é uma das resultantes”. O descobridor, continua Faoro (1987, p.99), antes de ver a terra, antes de estudar as gentes (...) queria saber de ouro e prata”.

Na realidade, para Prado Júnior (1986, p.23), “nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu”. Está aí a essência de nossa formação econômica social. É para um objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira (Prado Júnior, 1986, p.23). A colônia brasileira se constituirá, pelo exposto, em uma organização puramente produtiva, mercantil, voltada para os interesses do comércio europeu.

Do procedimento extrativo, os portugueses passaram à agricultura, com a produção de cana-de-açúcar em larga escala, atendendo ao mercado mundial. Até o século XVII, consolida-se a empresa colonizadora, centrada na agro-indústria-açucareira, que durante quase um século representará a única base da economia brasileira.

Essas circunstâncias vieram determinar o tipo de exploração agrária adotado no Brasil, a grande propriedade monocultura, que passa a exigir o trabalho escravo.

A escravidão e o grande latifúndio são categorias definidas na colonização brasileira. A empresa do chamado colono branco, as grandes unidades de produção agrária, as plantações, fazendas e engenhos, que se sustentavam no trabalho dos nativos da terra, os indígenas, e dos negros africanos, instalaram um mecanismo e não um sistema organizado de produção, de distribuição e de subsistência da população.

A sociedade brasileira então se organiza, tendo por base econômica a grande propriedade monocultura, uma unidade produtiva colonial. E vem constituir-se na célula orgânica da sociedade colonial, a chamada “grande família patriarcal brasileira”.

Na estrutura social brasileira, que tem aí sua origem, passam a coexistir os extremos da escala social; de um lado, uma minoria de grandes proprietários, os latifundiários, que concentram a riqueza, a autoridade, o poder; do outro, as raças escravizadas, o índio e o negro. E nos centros urbanos emergentes, os senhores rurais formam a classe superior, com altas autoridades da administração civil e eclesiásticas, profissionais e comerciantes que financiavam a lavoura.

Estava traçado o destino da colonização brasileira e da sociedade que nela se estrutura; deveriam elas se constituir em função do capitalismo mercantil europeu.

A outra face da economia colonial brasileira é a economia de subsistência, produzida pela agricultura, para a sustentação da economia de exportação e, em parte, para os emergentes e ainda inexpressivos centros urbanos. A pecuária se constitui em outro aspecto da economia de subsistência, subordinada, também, em grande parte, à economia de exportação.

É importante considerar que nos primeiros séculos da colonização não havia lugar, a não ser excepcionalmente, para a pequena propriedade rural. As condições econômicas e a estrutura social do país inviabilizavam uma organização agrária mais democrática, pois, no processo da colonização brasileira, o grande peso de sua formação histórica foi o latifúndio, a alta concentração da terra, o monopólio oligárquico do solo, ligado ao tipo de propriedade que imperava em Portugal e na Espanha na era da colonização.

É neste contexto econômico e social do Brasil que Santa Catarina, o pequeno Estado da região meridional do extremo Sul da Colônia, entra política e administrativamente na história do Brasil, no século XVII. E no século XVIII, seu perfil econômico, político e social começa a se delinear, no litoral e no planalto catarinense. Sua colonização terá por base uma economia de subsistência; no litoral, a agricultura e, no planalto, a pecuária.

Na interpretação de Prado Júnior (1986, p.95-96), em Santa Catarina se estabeleceu “um sistema de colonização original para o Brasil e que oferece

particularidades que o distinguem, nitidamente, no conjunto da nossa colonização. Trata-se de uma organização singular, onde “a propriedade fundiária é muito subdividida, o trabalho escravo é raro, quase inexistente, a população é etnicamente homogênea. Nenhum predomínio de grupos ou castas, nenhuma hierarquia marcada de classes sociais. Trata-se em suma de ‘comunidades’ cujo paralelo encontramos apenas na América, em suas regiões temperadas e foge inteiramente às normas da colonização tropical, formando uma ilha nesse Brasil de grandes domínios escravocratas e seus derivados”.

Caio Prado (1977,p.52) refere-se à colonização açoriana que vem adensar a população do litoral catarinense, a qual, segundo ele, revela “hábitos altamente sociáveis”.

Se o litoral catarinense é palco desta colonização, no planalto, nos campos gerais, se estendem propriedades pastoris, e a vida humana que aí se instala vive hábitos e costumes patriarcal; mas o trabalho é livre e as relações são mais próximas.

Começa, nesse tempo colonial, nos séculos XVII e XVIII, e nesse espaço que se estende no litoral e no planalto, a se configurar o perfil do Estado catarinense.

As circunstâncias que deram origem a esta colonização se prendem à política expansionista da metrópole portuguesa e à sua busca de soberania, nas fronteiras da região meridional do seu império colonial, onde portugueses e espanhóis se estabeleciam proximamente. A região do Rio da Prata, via de acesso ao império

espanhol e à prata do Peru, instigava a cobiça de Portugal.

A ocupação e a fortificação do litoral catarinense, sobretudo da Ilha de Santa Catarina, dada a sua situação estratégica de acesso ao oceano Atlântico e ao Pacífico e à região do Prata, significava organizar um aparato defensivo e povoar o território ameaçado sobretudo pelos espanhóis. Como diz Lago (1968, p.70), “o litoral catarinense era uma região compreendida num espaço de interface imperialista, entre os domínios portugueses e os domínios espanhóis”.

A colonização dessa região em que se recorta, na época, o Estado de Santa Catarina assumiu, no dizer de Cardoso e Ianni (1960,p.4), “formas específicas de desenvolvimento, que a irão diferenciar das outras áreas do Brasil: sua função econômica não atenderá ao sentido geral da colonização tropical do país, que se realizou voltada para a exploração de seus recursos naturais, em proveito do comércio europeu”.

Florianópolis, a chamada Nossa Senhora do Desterro marcou sua origem e seu destaque como base na sustentação militar do extremo sul, do império português americano.

Sua importância geo-político-militar deu origem, em 1738, à Capitania de Santa Catarina, da qual se torna o centro político-administrativo. Em consequência dessas circunstâncias, são ampliadas suas funções burocráticas militares, e foi então necessário o

aumento do contingente populacional para atender a essas funções e para suprir as suas demandas de subsistência.

Estavam dadas as condições para a colonização açoriana em Santa Catarina.

Piazza (1983) se refere à odisséia do povo açoriano, atravessando o oceano em frágeis embarcações, a caminho de uma terra longínqua, de clima tropical, apoiados em promessas nem sempre cumpridas.

Os colonos açorianos e suas famílias fixaram-se nas “sesmarias”, pequenas propriedades rurais que constituíram, originariamente, a base econômica da sociedade litorânea de Santa Catarina.

Sem o domínio do latifúndio e dos grandes proprietários no litoral catarinense, a instalação da pequena propriedade, iniciada com o povoamento e colonização açoriana, pode florescer e deixar suas marcas definitivas na sociedade catarinense.

Os açorianos, traços de sua organização sócio-comunitária

De acordo com o historiador catarinense Oswald Cabral (1970,p.61-64), “os açorianos emprestaram à terra os caracteres básicos da sua cultura, dando à gente catarinense uma feição inconfundível”. O contingente açoriano não somente veio aumentar a população do litoral, até então quase insignificante, como deu a Santa Catarina “linhas definitivas à sua organização social e firmou as tradições lusitanas da nossa terra, na idioma, na religião, nos costumes”.

Camponeses em sua terra de origem, e em Santa Catarina proprietários de pequenos lotes coloniais, os açorianos engendraram um sistema de produção, com base no minifúndio, voltado para a agricultura de subsistência, a policultura, que os supria de gêneros alimentícios. Inauguraram, assim, em Santa Catarina, uma exploração econômica mais consistente, na forma de pequena propriedade agrícola diversificada.

Essas circunstâncias determinam, no litoral catarinense, uma sociedade que se constituiu na maioria de açorianos brancos (era restrito o número de índios, negros, mulatos e pardos). Eram livres, proprietários de suas terras, em "regra geral" eram pobres.

Com base em uma divisão de trabalho muito pouco desenvolvida, os açorianos produziram uma estrutura social que se definiu como uma extensão da família açoriana e que fez germinar um intercâmbio de relações, condicionadas pela agricultura, pela pesca e progressivamente pela indústria rural e pelo comércio.

Todos trabalhavam, na família açoriana, os homens, as mulheres, as crianças. Em regime de colonado, usavam a força manual e uma tecnologia bastante rústica, inspirada nas técnicas que usavam nas ilhas de origem, aliadas às práticas indígenas ou às experiências artesanais dos nativos da terra catarinense, com os quais passaram a conviver.

O cenário geográfico da colonização açoriana em Santa Catarina, uma faixa litorânea do norte ao sul do Estado, de São Francisco a Laguna, acolheu os

imigrantes, que fundaram suas "freguesias", pequenos grupos populacionais, ou "vilas comunitárias". Nelas passaram a produzir suas condições de vida material, na paisagem quase virgem da nova pátria, desenhando, ao processo dessa produção, o perfil da sociedade açoriana em Santa Catarina.

Litorâneos, os açorianos eram tradicionalmente pescadores em suas ilhas de origem e, como tal, cresceram à sua economia agrícola a pesca artesanal. A farinha de mandioca e o peixe simbolizavam o uso da terra e do mar, a base da economia de subsistência açoriana.

A alimentação dos colonos açorianos provinha do cultivo da mandioca (que substituiu o uso do trigo, na terra de origem) seguida da cana-de-açúcar. Derivados desses produtos, a farinha de mandioca e o açúcar serviam à alimentação, que se complementava com o peixe, o arroz, o milho, o café, frutas e legumes. E aguardente, bebida que fabricavam e usavam na alimentação.

Habilidosos artesãos, construíram seus pequenos estabelecimentos industriais rurais, como o engenho e o alambique, para produzir, de forma rústica e artesanal, a farinha de mandioca, o açúcar mascavo e a aguardente. Produziam também suas canoas e teciam suas redes para a captura do peixe. Oleiros construíram suas casas de parede de barro, chão batido e teto palhado, e moldavam suas louças, também de barro. Com seus teares, teciam suas vestimentas com o algodão e o cânhamo que cultivavam. E bordavam suas famosas e tradicionais "rendas de bilro".

A vida cotidiana do açoriano era "comunitária". A produção de sua vida material se fazia através da prática de mutirão, gerando vínculos de sociabilidade entre as famílias açorianas.

As atividades produtivas também os aproximavam; a maioria das famílias possuía seus engenhos; ao fabricar a farinha, eles trabalhavam juntos e se divertiam. Como descreve Cascaes (1981,p.63), "a farinhada era de manhã à noite, não parava nunca (...) E trabalhava todo mundo: crianças, mulheres e homens". Segundo João Corrêa de Bittencourt (1989,p.16-17), a tradicional farinhada era "fato de repercussão nas redondezas quando se reuniam parentes e amigos para raspar a mandioca e deixar em condições de industrializá-la; eram reuniões de gente associadas por moças, moços e casais, serões que muitas vezes iam até a meia-noite, numa verdadeira festa, cuja finalidade era ajudar um ao outro. Tinham como atração promover trovas e versos; outros cantavam com verdadeira sintonia ternos de Reis, bumba-meu-boi, folclore muito usado (...)".

Hospitaleiros, os açorianos usavam suas casas, seus engenhos e os abrigos de suas canoas para receberem a todos e para realizarem os chamados "folgedos"; os bailes, as danças do boi de mamão, de pau de fitas e outros. Solidários, visitavam-se, celebrando os nascimentos, casamentos e levando o seu pesar quando acontecia a doença e a morte. No dizer de Cabral (1970,p.90), os açorianos eram amáveis, generosos, sociáveis e hospitaleiros".

De acordo com o historiador Walter Piazza (1983,p.155), "no

elenco de manifestações da cultura popular açoriana ainda subsistente no litoral catarinense, se alinham as técnicas de pesca, o folgado do “boi-na-vara”, o carro de bois, a olaria cerâmica utilitária-decorativa, a “renda de bilro”, os “pão por Deus”(...) danças (geralmente denominadas fandangos), as festividades do ciclo do Divino Espírito Santo, além, evidentemente, do grande substrato lingüístico, no qual se apoiaram e aculturaram os demais grupos que, posteriormente, se instalaram na terra catarinense”.

A religião estava presente em todos os acontecimentos da vida local, nas freguesias açorianas. “A Igreja era a principal autoridade. A Igreja falava mais alto, mais alto do que tudo...” (Cascaes, 1981, p.39). Era ela o poder central nas freguesias. Seus rituais e suas festas aproximavam as pessoas. “As grandes reuniões ainda eram as festas religiosas, freqüentes e concorridas, Corpo de Deus, Espírito Santo, Senhor dos Passos, Paixão, Nossa Senhora do Desterro e Nosso Senhora dos Navegantes foram as mais importantes” (Cabral, 1970, p.97).

Com a chegada dos açorianos, o movimento religioso é incrementado no litoral catarinense. Trouxeram consigo sacerdotes e jesuítas, que deram origem a numerosas associações e irmandades religiosas. O clero também se torna numeroso. Bastante religiosos, os açorianos também eram adpetos das crenças em personagens mágicos como os feiticeiros, os fantasmas, as bruxas, e das práticas curandeiras, vias plantas naturais.

As manifestações políticas também faziam parte do cotidiano

das populações açorianas. Envolviam-se fortemente na vida política local: famílias inteiras se uniam e se desuniam em função de suas opções políticas.

A década de 1735-1745 marca uma nova fase na história de Desterro, ao se tornar um centro militar político-administrativo.

Algumas funções urbanas, sobretudo políticas e militares, rebatem no quadro econômico de Desterro. Amplia-se a produção rural, gerando um mercado interno mais consistente. A estrutura da economia produzida pelos açorianos vem intensificar o desenvolvimento da vila, num sentido urbano. Essas circunstâncias vão transformando Desterro em centro comercial de toda a região.

Enquanto a tendência do país era a economia de exportação agrícola ao mercado internacional, colocando em segundo plano a produção para o mercado interno, a produção agrícola que se fazia em Desterro, tanto quanto no litoral catarinense, se voltou basicamente par ao mercado interno.

Tal panorama perdurou até 1850, quando, com a nova imigração estrangeira/européia, mais proximamente com a colonização alemã, um novo vigor se instala na economia catarinense, através do Comércio de Desterro. Na explicação de Hering (1987, p.60), “o comércio da capital da Província, através de seu Porto, Nossa Senhora do Desterro, dinamizou-se”. Do que decorreu o surgimento de grandes casas comerciais de descendentes alemães, austríacos e suíços.

E, enquanto o centro urbano da Capital do Estado vai se

consolidando em torno de uma economia comercial, a economia rural-açoriana da Ilha vai decaindo, entrando assim em colapso a organização sócioeconômica das comunidades rurais açorianas.

O mundo social do Planalto - Traços de autonomia e independência

O planalto lageano se coloniza à base da pecuária.

A atividade criatória do planalto catarinense se destinou “ao abastecimento de carne às populações litorâneas, ao suprimento de matérias-primas para curtumes e frigoríficos riograndense e, mais tarde, para atendimento do próprio crescimento do mercado urbano planaltino” (Lago, 1988, p.86). Paralela a esta atividade econômica, os homens do planalto se orientaram à exploração dos recursos florestais da região ao extrativismo ervateiro e à produção de madeira.

Mas em síntese, o “tropicismo” que caracterizou originariamente a colonização de Lages, pouco significado trouxe à evolução da economia catarinense. Segundo análise de Hering (1987, p.22), o tropicismo, que deu ao planalto de Lages a função básica de trânsito de gado, não chegou a ter o mesmo significado na economia catarinense que na do Rio Grande do Sul e do Paraná”.

A economia que se engendra em Santa Catarina, no Planalto como no litoral, vem, no decorrer do século XVIII, e início do século XIX, se constituir basicamente de uma economia de subsistência, atendendo ao consumo local, com algumas incursões ao comércio interno do país e, esporadicamente,

ao mercado internacional.

Com base na estrutura econômica que se estabelece no planalto catarinense, se engendra uma estrutura social na qual sobressai, como célula social básica, a grande fazenda de criação pastoril, tendo não o latifundiário aristocrata, mas o fazendeiro como o "Senhor de barão e cutelo", isto é, todo poderoso, devido às distâncias dos centros decisórios, fazendo às vezes de médico, de consultor espiritual e, principalmente, de Juiz, dentro do espírito patriarcal que norteava aquela sociedade. (Piazza, 1983, p. 585 e 586).

Recuperando as circunstâncias da origem colonizadora do planalto, importante é acrescentar que a "ocupação humana da região planaltina de Santa Catarina", excluindo-se o povoamento indígena, as relações jesuítas que aí se instalaram e a chegada das bandeiras paulistas, teve sua base objetiva em acontecimentos de alcance econômico e político que ponteiavam o desenrolar da história sulina. No século XVIII, o comércio de gado entre Rio Grande do Sul e São Paulo deu origem aos primeiros núcleos populacionais, que se expandiram com a fundação de Lages. No século XIX, a Revolução Farroupilha (Guerra dos Farrapos), que proclama em 1839 a República Juliana em Laguna e integra Lages a ela até meados de 1840, e em 1893 a Revolução Federalista que, como a Farroupilha, teve seu epicentro no Rio Grande do Sul, trazem ao planalto revolucionários e legalistas, integrantes desses movimentos políticos que aí irão se fixar.

Vai-se formando, assim, a sociedade serrana de Santa

Catarina, emergindo de um empreendimento desbravador, predominantemente privado: uma sociedade marcada pela violência nas conquistas das terras, nas posições de poder dos coronéis e nas revoluções políticas que aí vieram se refletir. E diante de uma ordem econômica baseada na atividade pecuária e extrativista, estruturou-se uma composição social que se caracterizou, "de um lado, por um grupo minoritário de pessoas que dispunham da posse legal de vastas porções de terra, e, de outro, por um grupo majoritário, composto de ervateiros (pequenos proprietários ou posseiros), peões ervateiros e agregados" (Auras, 1984, p.32).

É na dinâmica das atividades econômicas que irão sobressair as personagens da vida do planalto. Originariamente, o "tropeirismo" (atividade que dá identidade ao deslocamento de tropas de gado bovino, eqüino e mular) e a pecuária fizeram surgir o tropeiro e o vaqueiro, que tanto quanto o fazendeiro, o capataz, o peão e o agregado, traziam afinidades sócio-culturais com os portugueses-açorianos procedentes de São Paulo, de Laguna e do Continente de São Pedro.

O mundo social que vai se estruturando no planalto catarinense, na explicação de Monteiro (1974) traz em si "condições de autonomia e de uma possível consciência niveladora entre fazendeiros e trabalhadores". É a partir deste eixo de análise de Monteiro e de Auras (1984), que sobressaem algumas determinações sócio-culturais que trazem à compreensão algumas particularidades deste cenário social: um trato mais igualitário e

democrático nas relações sociais entre os fazendeiros e trabalhadores nas grandes fazendas.

Nos latifúndios dos sertões – em razão da posse de recursos materiais – os coronéis garantiram a manutenção dos agregados, peões e demais homens trabalhadores e o custeio das tarefas de desbravamento e outras específicas do tipo de organização econômica que se estabelecera na região e se apoiavam, além dos serviços, nas atividades para - militares dos "seus homens, para defesa de suas vidas e de suas propriedades". Esses trabalhadores tinham, em troca, além da subsistência, a vida salvaguardada dos perigos do ambiente selvagem em que viviam, abrigados nos contornos das grandes propriedades.

No dizer de Monteiro (1974, p.19-21), na sociedade rústica que se estruturava no planalto catarinense impunha-se a necessidade de cooperação, "pois, se na fase inicial da ocupação humana do planalto, o desbravar da terra foi árduo, exigindo esforço coletivo à expansão da pecuária extensiva e estabelecimento das fazendas, persistiu a necessidade de defesa contra ameaças de um meio agreste e selvagem, sobretudo de defesa às incursões indígenas". Apesar da lida com o gado nas fazendas exigirem mão-de-obra relativamente pequena (...), "o grande fazendeiro não podia dispensar o concurso de uma clientela constituída por agregados e peões, cujas funções produtivas ligavam-se às relacionadas com uma atividade para-militar".

Delineia-se, assim, um mundo social que aproxima as relações

entre fazendeiros, peões e agregados através de laços de interdependências e cooperação. E ao nível das relações sociais, de acordo com Auras (1984, p.32 e 33), "o sistema de compadrio (...) tratava de ideologicamente estabelecerem um trato igualitário" entre proprietários e seus trabalhadores, quebrando (aparentemente) as barreiras sociais entre as pessoas ligadas pelos elos do compadrio.

Outras circunstâncias baseadas no estilo de vida diminuía as distâncias sociais. A pobreza, a exploração dos mínimos vitais para a vida cotidiana, o emprego de equipamentos rudimentares nas lidas do gado, a utilização das armas para defesa e para o ataque nos sertões, eram situações comuns a proprietários e a não-proprietários.

O uso generalizado de equipamentos de ataque e defesa se fazia acompanhar do cultivo de valores como a coragem pessoal, a valentia, a destreza (no uso de armas e na lida com o gado), que "favoreciam o senso de independência e eram incompatíveis com uma subordinação disciplinada". Acresça-se a essas condições de autonomia e independência ao nível das relações sociais entre fazendeiros e trabalhadores, o fato de que os trabalhadores eram livres; "a pobreza do pastoreio impedia o afluxo de escravos à região" (Faoro, 1986, p.216). E a indefinição legal de grandes áreas de terra na região, com reduzida fiscalização dos proprietários, oferecia aos não-proprietários possibilidades de acesso à terra, na qualidade de posseiros (sobretudo para a extração do mate).

Todas essas condições, mais ou menos particulares à sociedade planaltina, aproximavam, a nível de relações sociais, fazendeiros e trabalhadores que viviam em maiores condições de igualdade e possibilitavam aos trabalhadores, maior autonomia e independência.

Os imigrantes alemães - particularidades de uma atípica organização social e econômica

No plano internacional, a aurora do capitalismo industrial aponta para uma nova ordem mundial.

O capitalismo industrial adquire independência e autonomia em relação ao capitalismo comercial, que entra em declínio, abalando todos os monopólios, o que virá rebater nos impérios coloniais ibéricos. O antigo sistema colonial fundado no pacto colonial entra em declínio. O "progresso do capitalismo na segunda metade do século XVIII, voltar-se-ia assim contra todos os monopólios, e a destruição completa destes aparece cada vez mais como condição necessária de seu desenvolvimento. Os impérios coloniais ibéricos, fundados puramente no monopólio, achavam-se por isso, condenados" (Prado Júnior, 1986, p.124).

A independência, em 1822, se torna "... um marco histórico definitivo do fim da era colonial e (...) ponto de referência para a época da sociedade nacional" (Fernandes, 1981, p.31). O poder político deverá começar a manifestar-se de fora para dentro e à ação econômica do Estado Nacional caberá, em vez de drenar as riquezas do país de dentro para fora,

canalizá-las para seu crescimento interno. O estatuto colonial fora condenado e superado jurídica e politicamente, mas a ruptura com o passado seria lenta, e a organização do Estado Nacional iria se processando a longo prazo.

O liberalismo será o fermento que fará germinar a construção do Estado e da Sociedade nacionais. Inspirará os novos moldes das instituições políticas e trará à sociedade civil a categoria do cidadão, enquanto o povo recebe o status político de Soberania, na dinâmica das relações entre homens livres e iguais.

Com a Sociedade Civil abre-se o espaço para o trabalho livre e a evolução do capitalismo industrial no Brasil. Estavam dadas as condições para a grande emigração européia e para a colonização européia no Brasil e em Santa Catarina.

De acordo com a interpretação de Fernandes (1981, p.135-140), dentro do espaço sociocultural da ordem colonial em declínio, foram os imigrantes europeus que desempenharam "os principais papéis econômicos que estruturaram e dinamizaram a evolução do capitalismo do Brasil".

Ainda na interpretação de Florestan Fernandes (1981, p.133), "nas colônias do sul, onde os modelos de organização comunitária correspondem melhor às exigências da cultura transplantada, a influência de padrões europeus sobre o desenvolvimento econômico foi maior (como por exemplo, se poderia ilustrar com Blumenau)", onde também o imigrante converte-se em agente de concentração do

capital comercial, industrial e financeiro.

No Brasil, a indústria inseriu-se originariamente no contexto da economia primária exportadora. A acumulação capitalista, que dará origem ao processo de industrialização, terá sua fonte na agricultura de exportação, como foi o caso do desenvolvimento industrial de São Paulo. No dizer de Gorender (1981, p.31 e 32), "no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina temos o caso único de uma acumulação originária do capital que se processa, não a partir da economia de plantagem escravista, porém a partir da economia de pequenos camponeses e artesãos livres, estabelecidos nas zonas de colonização alemã e italiana".

Pioneiros do capitalismo industrial em Santa Catarina, os imigrantes alemães impulsionaram a primeira transformação estrutural da economia catarinense, através da formação da Indústria Tradicional, superando em parte a economia de subsistência.

Se no século XVIII, o litoral e o planalto catarinense já começam a ter seus contornos econômicos e sociais bem definidos, no século XIX outras regiões do Estado, o Vale do Itajaí e Nordeste, começam a configurar a sua estrutura econômica e social através de significativa densidade populacional e qualidade de influência, trazida pelos imigrantes alemães.

Ao deixarem o mundo europeu em busca de uma nova pátria, a independência e a terra própria eram valores fundamentais para os imigrantes alemães, dada as circunstâncias que os levaram a

deixar a pátria de origem.

As grandes transformações que se faziam no palco europeu, no início do século XIX ainda não atingiam a Alemanha que dividida em pequenos Estados, não se configurava como uma nação unificada (o que veria a ser mais tarde, com Bismarck). Mas, o estado de língua alemã na primeira metade do século viviam excessivo crescimento populacional e dificuldades em atender à subsistência alimentar da população. Entretanto, o clima das revoluções políticas e econômicas que atingiam a Europa chegava até elas. E a América despontava com um mito de fabulosas riquezas às classes menos favorecidas da Europa, que "ansiavam pela melhoria de suas condições sócio-econômicas e políticas" (Piazza, 1983, p.333).

Os primeiros colonos alemães que se instalaram em Santa Catarina transportaram consigo a tradição germânica dos pequenos Estados alemães independentes da Europa Central onde vigorava "forte espírito comunitário" (Hering, 1987, p.26). Eram, na maioria, em sua pátria de origem, pequenos proprietários ou jornaleiros, e, dada essa condição de trabalho, não se ajustavam à capacidade de gerenciar latifúndios ou grandes empresas agrícolas. O que buscavam era a independência no trabalho, através da pequena propriedade rural.

O desmatamento e a agricultura de subsistência, a exploração agrícola e paralelamente o beneficiamento doméstico da produção e a exploração de excedentes deram sustentação à organização econômica e social da

colonização alemã a partir da segundo metade do século XIX. (Hering, 1987).

Nas pequenas propriedades rurais, criadas na região das matas e cultivadas pela mão-de-obra familiar, os colonos alemães produziam para uma policultura que, incluindo os produtos beneficiados, rendeu excedentes para o comércio, gerando acumulação de capital para o futuro investimento da indústria.

Como base ainda na análise de Florestan Fernandes (1981, p.131), para a produção agrícola (tanto quanto mais tarde para a produção industrial), o imigrante alemão não se isolava no trabalho individual, ele se valia da "cooperação doméstica" e do companheirismo para aumentar a produtividade e gerar e comercializar produtos excedentes.

Progressivamente, os imigrantes avançaram da produção agrícola ao beneficiamento da matéria-prima, cujos produtos tiveram também acesso ao comércio. As "casas de comércio" (as vendas), servindo para a troca de mercadorias e comumente operando também como casas de crédito, figuraram como centros vitais da economia e se transformaram em grandes casas comerciais e de exportação.

Os primeiros empresários industriais alemães viveram as experiências do trânsito da acumulação de capital, produzida

pelos colonos/agricultores e comerciantes para a criação de pequenas e médias empresas, que se distribuíram nos vales locais e foram tradicionalmente gerenciadas e trabalhadas pelo grupo familiar. Investiram e revestiram o capital nas empresas, chegando à formação e consolidação dos grandes complexos industriais. De tímidos empreendimentos artesanais de fundo de quintal, na sede das colônias ou em áreas rurais, vão se estruturando as indústrias pioneiras, privilegiando o ramo têxtil e de alimentos. Os imigrantes alemães que continuaram a chegar a partir de 1880, procediam de uma Alemanha que já se industrializara e de forma extraordinária acelerada, com a consolidação de sua unificação em 1871. E fizeram avançar o processo de industrialização em Santa Catarina.

Enquanto a implantação da indústria no Brasil inseriu-se historicamente no contexto da grande propriedade monocultura, de uma economia primária exportadora, a indústria catarinense se originou no contexto da pequena propriedade, da policultura e de uma economia de subsistência, regional, interna. A economia colonial de subsistência produzia em minifúndios gerou excedentes comerciáveis entre o campo e a cidade, depois inter-regional (com bases monetárias), acumulando o capital para a pequena empresa de origem familiar. "Na década de 1960, a maioria do capital das empresas permanecia local - sendo que 85% deste se mantinha em mãos dos descendentes dos imigrantes germânicos (...)" (Hering, 1987, p.320).

"Ao sistema produtivo nas colônias alemãs, que tinham sua base na pequena propriedade, correspondia naturalmente uma organização social que, tal como a economia, se manifestava como a típica em relação a outras formações socioeconômicas nacionais. Nestas, em decorrência da atividade econômica dominante - as monoculturas de exportação - formou-se forte hierarquia, em que, num externo da sociedade ficavam os senhores, grandes proprietários de terras, e, noutro, os trabalhadores, escravos e posteriormente imigrantes assalariados. Já a família rural teuto-brasileira organizava-se como unidade produtora, contando apenas com os seus membros para a realização dos trabalhos" (Hering, 1987, p. 25-26).

Os primeiros imigrantes alemães que chegaram na metade do século XIX ao vale do Itajaí e ao Nordeste do Estado, se instalaram nas colônias alemãs, conjunto de pequenos lotes que eram previamente delimitados pelo governo. Ao longo dos rios, em direção à montanha, os lotes, bastante próximos um ao outro, se agrupavam em núcleos em torno de uma vila, sede mais populosa da colônia, onde foram se concentrando as casas de comércio mais estruturadas, as casas de crédito e outros serviços administrativos locais.

A subsistência da população era garantida pelos próprios colonos com a produção da pequena propriedade agrícola chamada colônia, cuja unidade produtiva, a família, seguia a tradição da propriedade rural alemã, que deveria produzir para auto-consumo e o comércio.

A vivência comunitária dos alemães, em sua pátria origem, foi transportada para as colônias alemãs em Santa Catarina, sustentando a união que lhes era exigida para a superação das dificuldades que se apresentavam à organização, em plena mata, em uma nova sociedade.

Através do trabalho de mutirão, conhecido na Alemanha como "Bittarbeit" (juntar pessoas para a realização de algum trabalho), os colonos construíram suas casas, suas igrejas, seus engenhos e a atafonas comunitárias. Era comum entre esses se associarem em cooperativas, para a construção de engenhos e para a sua conservação, e formarem sindicatos agrícolas e cooperativas de crédito local.

Estabeleceram sem meios de vias de transporte, suas fontes de energia e outras formas de infra-estrutura.. Organizaram suas instituições sócio-culturais, financeiras e políticas, como a tradicional sociedade de Caça e Tiro; o kulturverein, sociedade de promoção cultural e econômica de incentivo e modernização da produção agrícola, pecuária e industrial. E a organização política-administrativa, criada pela população de Joinville através do Projeto de Lei Fundamental, aprovado em assembleia dos colonos em janeiro de 1853².

Comunidades ítalo-brasileiras em Santa Catarina

A colonização italiana no Brasil é mais um desdobramento das fantásticas migrações européias que, tanto quanto a colonização alemã, decorrem de um tempo e de um cenário onde acontece a explosão do capitalismo industrial e a

inauguração do Estado Moderno, época em que a revolução industrial, e as revoluções liberais, no plano político-jurídico, completavam o conjunto das transformações para o estabelecimento de uma sociedade capitalista liberal.

De acordo com Hobsbawn (1988, p.326), em 1830 introduziram-se nos principais Estados da Europa Ocidental as “constituições, moderadamente liberais”. As transformações que acontecem na Europa, “europeizando” o mundo, repercutem filosófica, política e ideologicamente.

Na Itália, ressoam as mudanças econômicas e sociais que vão transformando a Europa. Segundo Crossman (1980, p.128), “o Risorgimento Italiano foi o triunfo mais notável do Liberalismo no século XIX. Uma nação dividida entre as grandes potências, os pequenos principados e a Igreja Católica, conseguiu unificar-se com bastante sucesso através de uma monarquia constitucional, construída segundo o modelo inglês e fiel aos princípios de livre câmbio e das liberdades civis. Ao longo de doze anos (1859-1870), formou-se um Estado-Nação Moderno”.

As idéias libertárias na luta pela unificação da Itália abriram uma brecha para a expansão de outras lutas de liberdade dentro da chamada questão social. Pregava-se na Itália idéias socialistas, como reação à doutrina liberal e idéias não socialistas, mas contrárias ao liberalismo. Colocava-se em pauta, em defesa das conseqüências econômico-sociais do capitalismo emergente, “a constituição dos sindicatos para defender as classes operárias, bem como a constituição

das cooperativas com o objetivo de dar melhores condições aos trabalhadores” (Pellizzetti, 1981, p.36).

A Igreja Católica, hegemônica na sociedade feudal, que não se envolvia com os acontecimentos da Revolução Inglesa (que considerava tangente à sua esfera espiritual) e se colocava contrária à Revolução Francesa (opositora à tradição cristã), renova o pensamento católico diante da questão social emergente do mundo capitalista liberal. Em 1981, Leão XIII lança a famosa Encíclica Rerum Novarum, inclinando-se para a iniciativa cooperativa, que “não visa a distribuição do capital, porém, submetê-lo ao trabalho. Aos sistemas de luta e de concorrência, substitui a idéia de solidariedade de associação” (Pellizzetti, 1981, p.30).

Com a explosão do capitalismo na Itália, o camponês que abandonava o campo deveria se inserir na economia urbana como proletário industrial. Mas não havia espaço na indústria para todos os expatriados do campo; e quando havia, a situação de trabalho e de sobrevivência era insustentável. Diante dessas circunstâncias, os imigrantes italianos, tanto quanto os demais imigrantes europeus, buscavam na América também a posse da terra e a posse da liberdade.

E as circunstâncias que geraram o capitalismo industrial no mundo europeu, e rebateram no mundo periférico, no caso particular, no Brasil, foram determinantes ao fenômeno da emigração.

Os italianos traziam consigo, no final do século XIX, as idéias políticas e sociais da terra de origem, a posição dos imigrantes em

geral era adversa ao latifúndio e inclinada à pequena propriedade. Anarquistas, alguns realizaram no Brasil uma das mais famosas experiências utópicas de comunidades que se inspiravam no comunismo voluntário, a Colônia Cecília, no estado do Paraná. Outros imigrantes italianos devotaram-se a atividades cooperativas e sindicais, em razão de seus ideais de terra e liberdade, solidariedade e associativismo.

No Sul do país, no caso particular de Santa Catarina, o imigrante italiano vai ao encontro das facilidades para aquisição de pequenas propriedades; da alternativa buscada de continuarem sendo camponeses, livres proprietários e agricultores, sem as ameaças das grandes propriedades que proletarizavam os imigrantes ou ameaçavam suas pequenas propriedades.

Os imigrantes europeus do século XIX vieram ampliar os contornos coloniais do Estado de Santa Catarina e delinear com traços mais vigorosos a sua formação econômico-social.

Os alemães vão fazer os contornos colonizadores, particularmente das regiões do Vale do Itajaí e do Nordeste do estado, os italianos darão um destaque especial à estruturação econômica e sociocultural da região Sul de Santa Catarina.

Os imigrantes italianos que se estabeleceram na região meridional do Brasil, no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, no dizer o

italiano Pesciolini (apud Pellizzetti, 1981, p.144 e 145): “dedicaram-se à agricultura, tornando-se pequenos proprietários de terra, apenas um pequeno número de operários, localizava-se nas cidades (...), as fortunas eram quase sempre modestas e muitas entre elas equivalentes, sendo rara a ocorrência de pessoas sem meios de sobrevivência”. Os núcleos de colonização italiana eram antes pobres do que ricos, sobretudo em Santa Catarina. Mas havia uma distinção, do ponto de vista econômico e social, entre essas colônias do sul do país e quase todas as outras colônias italianas esparsas pela América do Norte e do Sul, onde os imigrantes viviam em condições de “grande desequilíbrio de fortuna, ou seja, multimilionários a par de um exército de assalariados miseráveis”.

Nas colônias do sul, os 40.000 italianos em Santa Catarina eram todos proprietários de 25 a 20 hectares de terras, possuidores de casas decentes. Do ponto de vista étnico, as colônias italianas da região meridional, que se constituíram em agrupamentos agrícolas homogêneos, isolados dos centros brasileiros, conservarão, mais que outras colônias italianas do país, os costumes e a língua da terra de origem.

No dizer de Pellizzetti (1985, p.78), naquele fim de século XIX os italianos traziam ao Brasil idéias políticas e sociais diversas “aos modos de produção latifundiária, porque neste aspecto, sua visão ideológica é a pequena propriedade”. Muitos italianos, imigrantes intelectuais que vieram para o Brasil, adeptos de idéias libertárias as mais diversas, se

prendiam à vida urbana, reagindo ao capitalismo emergente. Outros se vincularam à vida rural, exercendo lideranças sociais.

Os italianos transportavam suas experiências de uma Europa que se urbanizava e se industrializava. Sobretudo os intelectuais encontravam no Brasil, que vivia a ruptura do trabalho escravo e o avançar do trabalho livre, um campo aberto para a discussão dos problemas do trabalhador urbano e rural e da “questão social”, que a exemplo dos centros europeus capitalistas, apareceria no Brasil em sua emergente industrialização.

Trento, Vêneto e Lombardia foram algumas das regiões da Itália que viram parte de sua população seguir os rumos da imigração para o Brasil e para Santa Catarina¹.

No dizer de Grosselli (1987, p.445), “os camponeses do norte da Itália transportaram para as florestas brasileiras o tipo de sociedade em que tinham vivido na Europa”. Ao chegarem no Brasil, já procuraram, de início, recriar “comunidades que tivessem na religião um centro regulador, uma ética, uma moral”. Junto às primeiras choupanas, os colonos italianos ergueram suas capelas que, numerosíssimas em toda região meridional do Brasil, indicavam a prioridade que a elas eram dispensadas por todas as comunidades ítalo-brasileiras da região.

Aos poucos, os imigrantes reconstruíram suas comunidades e com elas seu mundo cultural, tendo como referência a sociedade rural italiana. Este novo mundo, tanto quanto na pátria de origem, girava em torno da religião. Formaram-se em Santa Catarina (e Rio Grande do

Sul) “comunidades católicas camponesas, que talvez não tenham comparação na História Moderna da Igreja Católica e no mundo europeu e americano (...). Uma religião de festas aparatosas, de folguedos, de procissões e de sinos, de parâmetros vistosos e andares enfeitados, de cantos entoados a plenos pulmões e de sinos retumbantes, de bandas e incensos, de carros, desfiles e mosteiros, de missas, interzo de ladainha e rivas”(Grosselli, 1987, p.58). As vocações religiosas brotavam, na maioria, das famílias camponesas. E as associações religiosas congregavam quase toda a população em verdadeiros conventos comunitários”. Harmonia, obediência, docilidade e paz se associavam aos valores da vida religiosa.

Espontâneas e primárias, as populações encontravam na religião os fundamentos de suas relações sociais... A religião era o centro da vida; a capela, o símbolo da união das comunidades italianas e os padres, os personagens mais significativos da construção social e religiosa das colônias italianas.

Mas é na Região Sul do estado de Santa Catarina que a colonização italiana se fará, quase que totalmente, a única inspiradora do estilo de vida do colonado italiano, que formará suas comunidades, e da sociedade catarinense que irá se estruturar nesta região.

As comunidades floresciam em plena floresta virgem, com a base econômica formada pelas pequenas propriedades agrícolas, trabalhadas por grupos familiares que basicamente compunham a estrutura social das comunidades. “Cada

família, depois de construído o primeiro rancho, derrubava uma área do bosque e semeava de tudo um pouco". Privilegiavam em suas plantações aqueles produtos agrícolas que lhes eram familiares na Itália: o milho, que servia para fazer a "polenta", a alimentação básica dos italianos; a uva para produção do vinho e o arroz, cujo cultivo encontrava nos italianos verdadeiros mestres. Como diz Marzano (1985, p.68), "o trabalho era contínuo e, dia a dia, notava-se o progresso. Por seis dias permaneciam intocados na mata e só nas festas, saíam. Organizavam as comunidades, através da união de quatro ou cinco famílias ao redor da cruz, levantada com troncos de árvore. O segundo passo era a construção da capela, que unia vinte ou trinta famílias. O terceiro era a construção da Igreja, que unia as comunidades em geral". Reuniam-se homens, mulheres, jovens e velhos nas grandes assembléias comunitárias, para os grandes debates em torno do prioritário projeto comunitário: a Igreja. Sua construção deveria unir e organizar todas as comunidades da região.

Essas circunstâncias que acompanharam a colonização italiana produziram um desenvolvimento econômico e social mais lento para as colônias, em relação a outras de imigrantes europeus, como os germânicos, que tiveram um progresso mais rápido e intervieram na evolução da estrutura econômica de Santa Catarina.

A colonização da região Sul de Santa Catarina criou as condições materiais para o sistema integrado de produção, através da Agroindústria.

O sistema integrado de produção reproduziu as antigas relações entre comerciantes e produtor rural, quando o comerciante não só comprava o produto dos colonos mas vendia tudo o que eles necessitavam, e os preços dos produtos tanto comprados quanto vendidos eram estabelecidos pelo "dono da venda". Assim, no dizer de Paulilo (1982, p.44), "o sistema integrado só veio dar nova forma a essa antiga solução".

Subordinado ao Capital e à Coordenação e Controle da Empresa no que se refere aos produtos integrados, o proprietário rural vive "uma integração vertical como um campo de forças (...) um jogo de ganhos e perdas, onde os aspectos positivos e negativos estão indissocialmente ligados como faces de uma mesma moeda". (Paulilo, 1987, p.24).

Apesar dos produtores rurais do Sul do Estado serem policultores, e como tal terem apenas alguns de seus produtos, no caso os suínos, aves e fumo, integrados às agroindústrias, "o sistema de produção integrada" foi uma das formas mais significativas à modernização e capitalização do homem do campo em Santa Catarina. Ao invés de arriscar-se sozinho, sob a influência determinante das políticas governamentais de modernização agrícola vigente no país nas décadas de 60 e 70, o agricultor, associado às agroindústrias, dá o seu salto ao sistema capitalista.

Nas décadas de 60-80, sobretudo na década de 70, houve no Brasil uma consolidação do complexo agroindustrial, o que trouxe uma nova correlação de forças ao setor

agrário, subordinando os interesses agrários ao capital industrial.

O percurso à modernização da produção agropecuária dos colonos do Sul se fez através de experiências associativas: as cooperativas, os sindicatos, "a pequena integração" e sobretudo através do sistema de trabalho integrado, configurado pela agroindústria.

O panorama da policultura do Sul do Estado de Santa Catarina, como aliás em todo o estado, nos anos de 60-80, continua refletindo o conjunto de pequenas e médias propriedades, com áreas de 10-25 e de 25-50 ha., onde as terras agricultáveis eram utilizadas através de intercâmbio de diversas culturas, enquanto os morros serviam à criação de esparso gado bovino. O uso intensivo do solo trazia o aproveitamento máximo da terra e do trabalho da família.

Em síntese, no Sul do Estado o sistema integrado de produção representou possibilidades técnicas e financeiras aos colonos para modernizarem o modo de produção, garantirem uma parte da renda familiar e atenderem às suas aspirações de maior conforto, comodidade e lazer, disporem de tempo para o estudo dos filhos e terem possibilidades de cuidarem da propriedade através do trabalho da própria família. A mais valia que se produziu através do sistema de trabalho integrado provocou algumas lutas, de parte dos produtores integrados através de sua união em sindicatos.

Mas o fato de continuarem em suas pequenas propriedades rurais, produzindo para o autoconsumo e para excedentes comerciáveis (em parte, através do sistema integrado de produção), fizeram-nos continuar

arraigados à concepção de guardiães de suas posições de autonomia, e de liberdade, que marcaram as origens da colonização européia, e a reproduzir seu estilo de vida associativo comunitário.

O meio e o extremo oeste catarinense - formas de integração econômica e social

Na virada do século XIX para o século XX que o Brasil se integrará, de uma forma mais completa, apesar de subordinada, ao sistema capitalista mundial, com a penetração do capital financeiro internacional no país.

O século XX trará grandes alterações econômicas e políticas na conjuntura internacional. Já no início do século, as crises do capitalismo europeu, sobretudo as que se manifestaram através da I Guerra Mundial (1914-1918), da crise de 1929, e da II Guerra Mundial (1939-1945), levam os países europeus a um enfraquecimento do seu poder econômico, perturbando o mercado internacional, com isso provocando, nos países do Terceiro Mundo, a queda da exportação de seus produtos primários e obstaculizando as importações de produtos manufaturados. Determinam-se, por essas circunstâncias, novos rumos ao processo de desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo, com base no privilégio do processo de "industrialização", a par das tendências políticas de nacionalização da economia.

No Brasil, a grande redução das exportações interrompe o afluxo regular de capitais estrangeiros, desequilibrando a economia do país, até então sustentado pelo sistema tradicional de fornecedor de

matérias-primas e gêneros tropicais. Mas, apesar das crises e das dificuldades de toda ordem, a subversão da economia internacional virá impulsionar o crescimento da produção brasileira interna tanto agrícola como industrial, acentuando o processo de nacionalização da economia do país. Em seu conjunto, o setor nacional da economia brasileira se fortalece e vai chegando, apesar de alguns retornos, às raízes profundas da vida do país.

Na análise de Florestan Fernandes (1981, p.251 e 253), a Primeira Grande Guerra marca a primeira emergência do capitalismo monopolista. E a Segunda Guerra Mundial marca a expansão do capitalismo mundial em todos os continentes. E é sob o capitalismo monopolista, sobretudo após a Segunda Guerra que as nações periféricas, fontes de matéria-prima, "viram-se extensa e profundamente incorporadas à estrutura, ao funcionamento e ao crescimento das economias centrais como um todo".

No Brasil a agricultura, a pecuária e o extrativismo passaram a articular-se de forma mais ampla e profunda com a indústria, a cidade, a acumulação monopolista, e o trabalhador rural foi submetido aos movimentos do capital monopolista.

Mas as décadas 60/80 pouco alteraram em Santa Catarina a estrutura fundiária baseada no minifúndio. E é através do regime de trabalho integrado, sobretudo no Meio e Oeste Catarinense, regiões que viverão uma moderna colonização no século XX, que os reflexos das empresas subsidiárias e as corporações associadas se farão realçar, sobretudo ao sabor da política econômica dos governos

militares. Em 1960, ainda viviam no meio rural catarinense 67,6% da população catarinense, em grande parte distribuída em pequenas propriedades trabalhadas por descendentes de imigrantes alemães e italianos.

Até 1980 continua predominando em Santa Catarina como estrutura fundiária, o minifúndio,

"a maior parte dos estabelecimentos - 1960-95,0%; 1970-95,6%; 1980-95,7% - pode ser considerada pequenas propriedades - de 0-100 hectares, possuindo o minifúndio o peso maior" (Dias, 1989, p.45).

Uma das formas de capitalização do campo catarinense, salpicando de pequenas propriedades rurais trabalhadas pela mão-de-obra familiar, foi (conforme a experiência do Sul do Estado) o regime de trabalho integrado, associando essas propriedades às agroindústrias. Esse regime de trabalho foi usado com grande destaque no Meio e Extremo Oeste. As pequenas propriedades agrícolas, através da vinculação às agroindústrias, se fazem integrantes do modo de produção capitalista, como fornecedoras de matéria-prima a grandes empresas nacionais e multinacionais.

Matizada de grandes e pequenas propriedades, de uma pluralidade de etnias colonizadoras - sobretudo descendentes de imigrantes italianos e alemães, que instalaram suas colônias no Meio Oeste, de 1912 a 1916 - pela dualidade da economia, que se manifesta através dos recursos florestais e da agroindústria, a região do Meio e

do Extremo Oeste Catarinense vai adquirindo e consolidando novos contornos em sua estrutura econômica e social.

A "agroindústria" vai emergir e se consolidar na região a partir de 50 e 60, quando a vocação da região para celeiro alimentar deslanchará, abrindo-se aos mercados nacionais e internacionais.

Através da agricultura, o sistema capitalista se adentra no setor agrícola. A ligação entre o capital e a agroindústria se faz a porta de entrada do capitalismo monopolista no oeste catarinense.

Na análise de Silva (1991, p.188, 20 e 21), as relações dos proprietários rurais com as agroindústrias "se estabelecem como suporte material da produção, enquanto os proprietários rurais são parte de uma estrutura agrária baseada em pequenas propriedades, os grupos empresariais estabelecem as bases de sua acumulação capitalista, assumindo economicamente a gestão territorial da região e a produção das agroindústrias, socialmente se constituindo na principal fonte de poder que afeta a comunidade.

No plano social, a estrutura fundiária de pequenas propriedades domina no Oeste Catarinense. A mão-de-obra familiar continua reproduzindo um estilo de vida que conserva os costumes e as tradições da vida rural. Descendentes dos imigrantes alemães e italianos e outros vindo da Europa trazem do passado ao presente as tradições e os costumes europeus. A Igreja e a família são instituições básicas, a vida comunitária e as relações associativas se manifestam nas organizações populares. As

condições de vida dos pequenos proprietários rurais mantêm uma qualidade de subsistência e de bem-estar social, no limite de suas aspirações comunitárias.

Neste cenário agrário, minifundiário, que persiste e se reproduz, as agroindústrias, atores por excelência do crescimento econômico da região, tem no homem do campo, com seus familiares, uma força de trabalho submetida às normas e padrões de trabalho e de desenvolvimento tecnológico ditadas por eles. A ingerência desses grupos empresariais se faz também na administração dos espaços territoriais das pequenas propriedades rurais integradas, determinada pelos critérios dessas empresas. Para os pequenos proprietários rurais, as condições de garantia de mercado para os seus produtos, de menores riscos financeiros, de renda relativamente fixa; as possibilidades de permanência no estilo tradicional de vida rural, o ideário de livres proprietários e a correlata modernização da produção, parecem ser garantidas pelo sistema de integração.

As agroindústrias, por sua vez, se engendram, segundo Silva (1991, p.11), "através de ligações pessoais, familiares, históricas e políticas", mediadas pelo sistema de integração, pelo fomento agropecuário, pelos fundos de financiamento e pelas instituições de assistência técnica vinculadas ao Poder Público. Passam a controlar poderosamente a estrutura econômica de produção e reprodução agroindustrial e, no plano social, as relações de trabalho.

No plano político, além das alianças com o poder público

estadual e municipal, e as representações políticas assumidas no cenário local, estadual e federal, as agroindústrias procuram ter acesso às formas de organização dos agricultores como associações, sindicatos rurais e cooperativas. Estimulam a criação de tais associações e procuram delas participar de forma a garantir ideologicamente a adesão dessas associações às suas finalidades empresariais.

Algumas considerações

Percorremos algumas veredas da formação econômica e social do Estado catarinense e aportamos de volta ao conjunto de sua realidade viva e dinâmica, com algumas considerações.

Santa Catarina foi-se configurando, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, através de regiões (geo-econômicas) que tiveram formas próprias de organização econômica e sócio-cultural em decorrência do tempo histórico em que foram chegando os grupos populacionais, das características culturais trazidas por eles de diferentes países e regiões européias, e das transformações econômicas e políticas que, atravessando o mundo europeu, vieram rebater, de forma particular, em cada uma dessas regiões.

O movimento do capitalismo na ciranda mundial, desde o capitalismo de mercado ao capitalismo industrial e, após, o capitalismo monopolista, foi determinado as formas de imigração e colonização que rebateram na estruturação econômica e sócio-cultural do espaço catarinense, tanto quanto o fizeram no território

brasileiro. Mas, desde o seu primeiro impulso demográfico dirigido ao litoral catarinense, o processo colonizador trouxe ao Estado uma organização econômica e social diversa da que a colonização brasileira estabeleceu no país, no seu contexto mais amplo. As circunstâncias que modelaram a original colonização do país e fizeram centrada basicamente na exploração, sustentando uma sociedade apoiada no trabalho escravo e hierarquizada em torno de grandes diferenças sociais, enquanto que o sistema de colonização que imperou no estado catarinense, em regra geral e na maioria de suas regiões, se fez à base da pequena propriedade e do trabalho livre, com exploração agrícola diversificada, voltada (basicamente) para o consumo interno, local e regional e que dará origem a uma sociedade mais homogênea e menos hierarquizada no tecido das relações sociais, e, como tal, mais igualitária e democrática.

Por outro lado, enquanto a Indústria, no Brasil, inseriu-se historicamente no contexto da economia primária de exportação forjada na grande propriedade monocultora, continuando a reproduzir as grandes distâncias sociais, a indústria catarinense vai proceder do contexto dos minifúndios, que evoluem sólida e lentamente, através de recursos autogerados nas pequenas unidades fabris, propiciando um processo de industrialização menos espoliatório e mais democrático.

Em síntese, e no seu conjunto, no estado de Santa Catarina, excluindo-se partes da região do planalto, o processo de colonização

deu origem a uma sociedade constituída de milhares de agricultores, pequenos proprietários livres e independentes, que se organizaram econômica e socialmente com base na democratização da terra e no trabalho livre de uma classe média rural. Camponeses, mestres, aprendizes, artesãos, técnicos industriais e pequenos fabricantes vieram de diferentes regiões e de diversos países da Europa, trazendo suas experiências de trabalho e de vida sociocomunitária, nos moldes da cultura européia. Impregnados da idéia de Liberdade, e tendo na posse da terra o centro de suas aspirações, encontraram em Santa Catarina um "Território Livre" da grande economia colonial de exportação, propício ao desenvolvimento de suas possibilidades econômicas, no circuito de suas pequenas propriedades e de seus originais empreendimentos industriais.

Nas colônias, circunscritas por um conjunto de pequenos lotes que giravam em torno de pequenas vilas, os imigrantes europeus deram organicidade a um estilo de vida comunitária, associativa, solidária, herança do tradicional mundo rural europeu, que estabelecido com os pioneiros organizadores das comunidades, em plena mata, prolongou-se ainda vigoroso e imperativo nos anos oitenta do século XX. Associações populares, sindicatos, cooperativas, grandes assembleias comunitárias, conselhos comunitários e sistemas integrados de produção são categorias que se manifestam na dinâmica da configuração do perfil sócio-econômico da maioria das regiões catarinenses.

Com uma organização econômica e social que muito pouco se inseriu originariamente, ao contexto mais amplo da estrutura sócio-econômica brasileira, a transformação econômica de Santa Catarina, rumo ao capitalismo concorrencial e, depois ao capitalismo monopolista, foi-se fazendo através de um processo evolutivo bastante lento, que gerou no Estado, em relação ao país, uma peculiar formação econômica e social: uma estrutura agrária mais democrática, graças à distribuição de terra a grande número de agricultores; uma coexistência entre a produção agrícola e a produção industrial, determinando as relações mais próximas entre o campo e a cidade; uma descentralizada estrutura regional, centralizando cada região em torno de pólos econômicos, que se engendraram no embate do processo colonizador às potencialidades naturais de cada região. A distribuição da população se fez de forma mais eqüitativa, concentrando-se no interior das diversas regiões do Estado, em pequenas e médias cidades e centrando-se em pequenas comunidades que no campo e na cidade preservaram, em grande parte, suas tradições sócio-culturais, associativas e comunitárias de origem européia, dos primeiros tempos da colonização. Enquanto que, no plano econômico, o estado acompanhou o processo e a modernização, tornando-se um dos maiores produtores de alimentos do país e dispondo de um moderno e dinâmico parque industrial.

BIBLIOGRAFIA

AURAS, Marli. Guerra do
Contestado: a organização da

- Irmandade Cabocla. Florianópolis. Ed. UFSC, São Paulo: Corte Ed., 1984.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. Florianópolis, Secretaria de Educação e Cultura, 1968.
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. Cor e Mobilidade Social em Florianópolis. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1960.
- CASCAES, Franklin Joaquim. Franklim Cascaes, Vida e Arte e a Colonização Açoriana. Entrevista concedidas e textos organizados por Raimundo C. Caruso. Florianópolis: Ed. UFSC, 1981.
- CROSSMANN, R.H.S. Biografia do Estado Moderno. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- CORRÊA, Carlos Humberto. Um Estado entre Duas Repúblicas. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.
- CUNHA, Idaulo. Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- DOWLOR, Ladislau. A Formação do Terceiro Mundo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 7. ed. Porto Alegre, Ed. Globo, 1985.
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio e Interpretação Sociológica. 3. ed., Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 18. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.
- GOLDMANN, Lucien. Dialética e Cultura. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.
- GORENDER, Jacob. A Burguesia Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GROSSELLI, Renzo Maria. Vencer ou Morrer. Camponeses Trentinos (Vênets e Lombardos) nas Florestas Brasileiras. Florianópolis: Ed. UFSC, 1987.
- HERING, Maria Luiza Renaux. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí - O Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Blumenau: Ed. FURB, 1987.
- HOBBSAWN, Eric J. A Era das Revoluções 1798-1848. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.
- IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.
- A Ditadura do Grande Capital. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- LAGO, Paulo. Gente da Terra Catarinense, Desenvolvimento e Educação Ambiental. Florianópolis: Ed. UFSC e Ed. Lunardelli, 1988.
- LOPES, José Sérgio Leite. Cultura e Identidade Operária. Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora. Rio de Janeiro: Ed. RJ, 1987.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã (Fuerbach). 5. ed. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1986.
- MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2. ed., São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 2. ed., São Paulo: Ed. Nova Cultura, 1985.
- MARZANO, Luigi. Colonos e Missionários Italianos na Floresta do Brasil. Florianópolis: Ed. UFSC, 1985.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. Os Errantes do Novo Século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1974.
- MONTOUX, Paul. A Revolução Industrial no Século XVIII. São Paulo. Ed. HUCITEC, 1957.
- NETTO, José Paulo. O que é Marxismo. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- OLIVEIRA, Carlos Gomes. Integração e Estudos Sociais e Históricos. Florianópolis: Gráfica Canarinho, 1984.
- PAULINO, Maria Ignez Silveira. A Integração do Sul do Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.
- PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Aspectos Geográficos de Santa Catarina. Rio de Janeiro: UFSC, 1991.
- PIAZZA, Walter Fernando. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: Ed. UFSC/ Ed. Lunardelli, 1983.
- _____. O Brigadeiro José da Silva Paes. Estruturador do Brasil Meridional. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1987.
- POLLIZZETTI, Beatriz. Pioneirismo Italiano no Brasil Meridional: estudo de caso. Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1981.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. 34. ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- _____. Formação do Brasil Contemporâneo (colônia). 15. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1975.
- _____. História e Desenvolvimento. A Contribuição da Historiografia para a Teoria e a Prática do Desenvolvimento Brasileiro. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- _____. Evolução Política do Brasil. Colônia e Império. 16. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1975.

RAQUEL THIAGO, Abdon Batista - um caso de liderança luso-brasileira na região de Joinville. Florianópolis: UFSC, 1980. Mimeo.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A Revolução Alemã: mitos e versões. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

ROSEMBERG, Arthur. Democracia e Socialismo: história política dos últimos cento e cinquenta anos (1789-1937). São Paulo: Global Ed., 1986.

SANTA CATARINA. Centro de Assistência Gerencial da CEAG/SC. Evolução Histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960). Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

SCHAFF, Adam. História e Verdade. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1986

SILVA, Harryson Luiz. A gestão do Território pelo grupo Sadia no Município de Concórdia. Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1991. Mimeo.

SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

_____. O Capitalismo, sua Evolução, sua Lógica e sua Dinâmica. São Paulo: Ed. Moderna, 1987.

TERNES, Apolinário. História Econômica de Joinville. Joinville. Meyer, 1986.

Palavras-chaves: historicidade, formação econômico-social, bases associativas, desenvolvimento, cooperação.

panorâmica econômico-social que se traduz, de acordo com Hering (1987, p.320), em uma estrutura econômica e social peculiar", que se manifestou através de: "relativo equilíbrio na ocupação do espaço, entre as atividades rurais e fabris, na distribuição da propriedade e da renda. Numa área de apenas 90.000 Km² concentram-se 280.000 pequenas propriedades, ostentando o alto índice de uma propriedade para cada cinco habitantes rurais, o que corresponde a quase uma propriedade por família..." A indústria coexistiu com a exploração da terra, garantindo uma economia equilibrada entre a produção agrícola e a produção industrial, respectivamente 20% e 30% do produto econômico catarinense. Quanto à renda per capita "e a terceira do país, revelando um quadro de distribuição interna de renda mais justa, a maior renda per capita gerada por micro-regiões (...) é apenas 3,5 vezes superior a menor (...), quando a mesma diferença no Brasil atinge 31 vezes". A estrutura urbana se descentraliza em torno de centros urbanos micro-regionais não havendo cidade "que supere 250.000 habitantes. Na dimensão econômica, Santa Catarina é o quinto produtor de alimentos do país e detém o quarto parque industrial brasileiro, numa área que ocupa apenas 1% do território e contém 3% da população nacional". Em 1980 (GAPLAN, 1986) o Estado apresentava uma população de 3.629.933 habitantes; com uma distribuição urbana de 2.154.238 habitantes e rural de 1.475.695 habitantes o que representava 59,38% de população urbana e 40,62% de população rural, significando uma diferença de 18,76% entre a população da cidade e do campo. Esta população se distribui em 16 micro-regiões homogêneas, e em 199 municípios - desdobramentos de suas zonas fisiográficas e das originais tendências colonizadoras, que circunscrevem as regiões do Litoral e do Planalto catarinense, nos séculos XV II e XVIII, as regiões do vale do Itajaí, do Nordeste e do Sul do Estado, nos séculos XIX e XX, as regiões do Meio e do Extremo Oeste, no século XX.

² Para prover a colônia de "serviços que o interesse geral aconselhasse ... o Conselho Comunal, formado por cinco membros e dois suplentes constituía um órgão executivo colegiado. Da comunidade faziam parte todos os habitantes da colônia (...). Em assembléia constituía ela o poder legislativo, projeto que aprovasse teria força de lei (...). Havia uma Assembléia popular que devia se reunir de três em três meses"(Oliveira, 1984, p.56). Esta associação de moradores da Colônia vigorou quase 16 anos, até 1869, quando se instalou a Câmara Municipal.

³ De acordo com Grosselli (1987, p.47-51), às vésperas da imigração dos italianos para a América, com a maioria da população concentrada no campo e reduzida população urbana vinculada à indústria, ao artesanato e ao comércio, a região de Trento se caracterizava como "uma comunidade rural camponesa". Na base desta composição social, uma estrutura agrária tinha no minifúndio sua característica marcante; a pequena propriedade era trabalhada pelo grupo familiar (crianças, homens, mulheres e velhos), na produção agrícola para a própria sobrevivência. "A ciência e o progresso tiveram muita dificuldade em penetrar nos campos. A tradição era soberana e era conservada a qualquer custo, porque ela era a garantia de permanência desta sociedade camponesa, em certos aspectos arcaica, fechada em si mesma, auto-suficiente, conservadora e ciumenta com extremo de sua independência.

NOTAS

¹ No tempo histórico que, em nossas análises, segue até a década de 1980 (inclusive), Santa Catarina traz uma